

# Eleições

## EDITAL DO RESULTADO FINAL

ELEIÇÃO DO DIRETOR EXECUTIVO DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE RONDONÓPOLIS/ MT – IMPRO, PARA O TRIÊNIO 2009-2012.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL DA DIREÇÃO EXECUTIVA DO IMPRO, designada pela Portaria nº 003/2009 do SISPMUR, de 22 de maio de 2009, no cumprimento da resolução do seu colegiado, torna público o resultado final da eleição de escolha do Diretor Executivo do IMPRO para o triênio 2009-2012.

### Do Resultado Final

Artigo 1º - O resultado final após apuração da eleição para escolha do Diretor Executivo do IMPRO, para o triênio 2009-2012, realizada no dia 23 de junho de 2009, teve 1.694 (Um mil seiscentos noventa e quatro) servidores votantes, foi o seguinte:

1º lugar – JOSEMAR RAMIRO E SILVA com 770 (setecentos e setenta) votos;

2º lugar – JOSÉ BALBINO DE MELO com 719 (setecentos e dezanove) votos;

3º lugar – CLETON GOMES DA SILVA com 171 (cento setenta e um) votos;

Votos em BRANCO somaram 12 (doze);

Votos NULOS somaram 22 (vinte e dois).

### Do Recurso

Artigo 2º - Aos interessados abrem-se o prazo para apresentação de impugnação do resultado final da eleição, conforme artigos 27, 28 e suas alíneas do Edital da Eleição publicado no Jornal A tribuna de 24 de maio de 2009.

Rondonópolis-MT, 24 de junho de 2009.

WELLINGTON DE MOURA PORTELA  
Presidente da Comissão Eleitoral

## Hino de Mato Grosso

Letra: Dom Aquino Corrêa

Limitando, qual novo colosso,  
O ocidente do imenso Brasil,  
Eis aqui, sempre em flor Mato Grosso,  
Nosso berço glorioso e gentil!  
Eis a terra das minas faiscantes,  
Eldorado como outros não há  
Que o valor de imortais bandeirantes  
Conquistou ao feroz Paiaçuais!

Salve, terra de amor, terra do ouro,  
Que sonhara Moreira Cabral!  
Chova o céu dos seus dons o tesouro  
Sobre ti, bela terra natal!

Terra noiva do Sol! Linda terra!  
A quem lá, do teu céu todo azul,  
Beija, ardente, o astro louro, na serra  
E abençoa o Cruzeiro do Sul!  
No teu verde planalto escampado,  
E nos teus pantanais como Omar,  
Vive solto aos milhões, o teu gado,  
Em mimosas pastagens sem par!

Hévea fina, erva-mate preciosa,  
Palmas mil, são teus ricos florões,  
E da fauna e da flora o índio goza  
A opulência em teus virgens sertões.  
O diamante sorri nas grapiaras  
Dos teus rios que jorram, a flux,  
A hulha branca das águas tão claras,  
Em cascatas de força e de luz.

Dos teus bravos a glória se expande  
De Dourados até Corumbá,  
O ouro teu te renome tão grande  
Porém mais, nosso amor te dará!  
Ouve, pois, nossas juras solenes  
De fazermos em paz a união,  
Teu progresso imortal como a fênix  
Que ainda timbra o teu nobre brasão.



# Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano X - Nº 2023 - Quarta-feira, 24 de Junho de 2009

# Poder Executivo

## Lei

LEI Nº 5.784, DE 15 DE JUNHO DE 2009.

Que dispõe sobre a nova redação à Lei nº 3.943 de 30 de maio de 2003, que cria o *Certificado de Responsabilidade Social* no município de Rondonópolis e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído no município de Rondonópolis o Certificado de Responsabilidade Social, a ser conferido anualmente pelo município através da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, às empresas e entidades com sede no município de Rondonópolis que confirmarem investimentos sociais em seu Balanço.

§ 1º Para os fins do presente no *caput*, as empresas e entidades interessadas deverão encaminhar seus balanços sociais à Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social de Rondonópolis, até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte, ao de referência no balanço.

§ 2º A Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social de Rondonópolis, imediatamente ao receber os balanços sociais, enviará a Comissão Mista de Responsabilidade Social, para que esta faça os estudos dos mesmos.

Art. 2º Para os fins desta lei, considera-se balanço social o documento no qual, empresa e entidades apresentarem dados que permitam identificar o perfil da sua atuação social durante o exercício, na qualidade de seus reflexos com os empregados, no cumprimento das cláusulas sociais, no atendimento dos empregados nos resultados conseguidos, nas possibilidades de desenvolvimento social, na forma de interação com a comunidade e na relação com o meio ambiente.

§ 1º Os dados financeiros constantes no balanço social deverão ser extraídos das respectivas demonstrações contábeis, elaboradas na forma da legislação vigente.

§ 2º O balanço social que trata o *caput* será assinado por contador ou técnico em contabilidade devidamente habilitado ao exercício profissional.

§ 3º Dentre os aspectos a serem considerados por ocasião da avaliação, considerar-se-

1. Regularidade no recolhimento dos impostos – Taxas, contribuições, impostos federais, estaduais e municipais;

Av. Duque de Caxias, 526 - Vila Aurora - Fone: (66) 3411-3500 - CEP 78740-100 - Rondonópolis - MT  
Home Page: [www.rondonopolis.mt.gov.br](http://www.rondonopolis.mt.gov.br)

## Expediente

PREFEITO MUNICIPAL \_\_\_\_\_ JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAUJO  
Vice-Prefeita \_\_\_\_\_ Marília Salles  
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social \_\_\_\_\_ Neuma de Moraes  
Secretaria Municipal de Administração \_\_\_\_\_ Gerson Araújo de Oliveira  
Secretaria Municipal de Agricultura e Pec. \_\_\_\_\_ Valdir Correa  
Secretaria Municipal de Desenv. Econ. \_\_\_\_\_ Valdemir Casimiro Soares  
Secretaria Municipal de Educação \_\_\_\_\_ Marilda Soares Rufino  
Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer \_\_\_\_\_ Susan Meire Moretti Binha  
Secretaria Municipal de Finanças \_\_\_\_\_ Carlos Katsumi Minakami  
Secretaria Municipal de Governo \_\_\_\_\_ Milton Gomes da Costa  
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo \_\_\_\_\_ Ronaldo Sedy Ilicava Uramoto  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente \_\_\_\_\_ Lindomar Alves da Silva  
Secretaria Municipal de Planejamento \_\_\_\_\_ Jose Balbino de Melo  
Secretaria Municipal de Recreio \_\_\_\_\_ Regina Cell Marques Ribeiro  
Secretaria Municipal de Saúde \_\_\_\_\_ Valdeir Feltrin  
Secretaria Municipal Transporte, Transito e Desenv. Urbano \_\_\_\_\_ Silvío Donizete AA de Souza  
Procuradoria Geral do Município \_\_\_\_\_ Efraim Alves dos Santos  
CODER Cia Desenvolvimento Rondonopolis \_\_\_\_\_ Darci Lovato  
Diário Oficial do Município \_\_\_\_\_ Anna Clara Quintana  
IMPRO \_\_\_\_\_ Josemar Ramiro e Silva  
SANEAR \_\_\_\_\_ Terezinha Silva Souza  
ServSaude \_\_\_\_\_ Vilmondes Aragão da Silva Luz

# CAMPANHA DO AGASALHO 2009

## POSTOS DE ARRECADAÇÃO

City Lar  
Novo Mundo  
Confeções Boa Esperança  
Lojão do Povo  
CODER  
Sanear  
Sachett Mat. Construção

Secretarias Municipais de Rondonópolis  
Panagon Mat. Construção  
Comapa Mat. Construção  
Bom Pastor Mat. Construção  
Câmara de Vereadores  
Prefeitura Municipal  
Banco da Gente

**Participe !!!**  
Doe um cobertor ou  
agasalho para quem precisa

Mais informações: 3411-5319 / 5021

Secretaria de Promoção  
e Assistência Social

## DIORONDON

Filado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensa Oficiais  
Impressão, Distribuição e Assinatura  
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526  
Vila Aurora - Fone: (66) 411-5285  
CEP 78740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 as 18h  
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000  
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo: Milton Gomes da Costa  
Diário Oficial: Anna Clara Quintana  
Home page: [www.rondonopolis.mt.gov.br](http://www.rondonopolis.mt.gov.br)  
E-mail: [diorondon@rondonopolis.mt.gov.br](mailto:diorondon@rondonopolis.mt.gov.br)

Tabela de Preços do Diorondon		
Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Emprego domiciliar - Qualquer Município (ou correio) R\$160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65	
Assinatura Semestral retraiada no balcão	R\$ 50,00	Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros por centímetro linear de coluna R\$ 1,20

esta, denominada de "Comissão Mista de Responsabilidade Social", a qual deliberará sobre os critérios que norteiam a definição da empresa, órgãos públicos e demais entidades a serem agraciadas com o "Certificado de Responsabilidade Social" bem como, com o troféu "Destaque Municipal da Responsabilidade Social".

§ 1º - A Comissão terá mandato de dois anos e será composta por um titular e um suplente de cada uma das seguintes entidades:

- Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social;
- Sindicato dos Contabilistas do Estado de Mato Grosso;
- Câmara Municipal de Rondonópolis;
- Departamento de Ciências Contábeis da IFMT - Campos de Rondonópolis;
- Associação da Indústria;
- Associação do Comércio;
- UBRAM - União Brasileira de Associação de Moradores e Lideranças Comunitárias.

§ 2º - A comissão elegerá entre os seus membros:

- Presidente;
- Vice-presidente;
- 1º Secretário;
- 2º Secretário.

§ 3º - A Comissão de Avaliação da Responsabilidade Social poderá solicitar documentos para averiguação das informações contidas no Balanço Social.

§ 4º - A comissão, juntamente com a Secretaria de Ação Social planejará o evento solene anual de entrega das honrarias, podendo ainda dispor da presença da Câmara Municipal.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social tomará pública a relação das empresas que apresentarem o balanço social nos termos desta lei, bem como lhes outorgará solenemente o Certificado de Responsabilidade Social.

Art. 5º - Dentre as empresas certificadas, a Câmara Municipal de Rondonópolis em parceria com a Comissão de Avaliação da Responsabilidade Social, elegerá os projetos mais destacados, aos quais agraciará com o troféu "Destaque da Responsabilidade Social".

Parágrafo único - Os troféus serão divididos por categoria, da seguinte forma:

- Micro-pequena empresa;
- Média empresa;
- Grande empresa;
- ONG que desenvolva projetos sociais;
- ONG que desenvolva projetos culturais;

- ONG que desenvolva projetos educacionais;
- ONG que desenvolva projetos de turismo e meio ambiente.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, principalmente a Lei nº 3.943 de 30 de maio de 2005.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 18 de junho de 2009; 93ª da Fundação e  
55ª da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS RINQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e  
publicada no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
Secretário Municipal de Governo

## LEI Nº 5.785, DE 15 DE JUNHO DE 2009.

Denomina de "RUA CORACI OLIVEIRA DE ARRUDA" a atual a Rua Dezesseis, localizada na Residencial Marechal Rondon, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica denominada de "RUA CORACI OLIVEIRA DE ARRUDA" a atual a Rua Dezesseis, localizada na Residencial Marechal Rondon.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 15 de junho de 2009; 93ª da Fundação e  
55ª da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS RINQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e  
publicada no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
Secretário Municipal de Governo

## LEI Nº 5.793, DE 18 DE JUNHO DE 2009.

Dispõe sobre revogar a Lei nº 5.118, de 11/04/2007 que versa sobre autorização ao Poder Executivo para ALIENAÇÃO, mediante venda à ASSOCIAÇÃO DOS VENDEDORES AMBULANTES DE RONDONÓPOLIS, CNPJ nº 00.177.147/0001-51, de uma área caracterizada como Área 01, Quadra 52, localizada no Bairro "Centro-A", e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 5.118, de 11/04/2007 que versa sobre autorização ao Poder Executivo para ALIENAÇÃO, mediante venda à ASSOCIAÇÃO DOS VENDEDORES AMBULANTES DE RONDONÓPOLIS, CNPJ nº 00.177.147/0001-51, de uma área caracterizada como Área 01, Quadra 52, localizada no Bairro "Centro-A".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 18 de junho de 2009; 93ª da Fundação e  
55ª da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS RINQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e  
publicada no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
Secretário Municipal de Governo

07/02/2009-CP	ANTONIO NUNES MOREIRA SECUNDO	LOCAÇÃO DE 2000 HORAS DE CAMINHÃO CARGA SECA SIMPLES	R\$ 92.000,00	20/05/2009 20/05/2010
07/12/2009-CP	MARCELO MARQUES DA SILVA	LOCAÇÃO DE 2000 HORAS DE CAMINHÃO CARGA SECA SIMPLES	R\$ 94.400,00	20/05/2009 20/05/2010
07/27/2009-CP	APARECIDO GONÇALVES PAULINEUS	LOCAÇÃO DE 2000 HORAS DE CAMINHÃO CARGA SECA SIMPLES	R\$ 96.000,00	20/05/2009 20/05/2010
07/30/2009-CP	CONSTRUTORA MEX LTDA	LOCAÇÃO DE 2000 HORAS DE CAMINHÃO CARGA SECA SIMPLES	R\$ 96.000,00	20/05/2009 20/05/2010
07/42/2009-CP	NILTON GARCIA DUARTE	LOCAÇÃO DE 2000 HORAS DE CAMINHÃO CARGA SECA SIMPLES	R\$ 27.250,00	20/05/2009 20/05/2010
07/50/2009-CP	FRANCISCO SOARES DA SILVA	LOCAÇÃO DE 2000 HORAS DE CAMINHÃO CARGA SECA SIMPLES	R\$ 28.700,00	20/05/2009 20/05/2010
07/60/2009-CP	DENILSON ROBERTO SOBRE DE OLIVEIRA	LOCAÇÃO DE 2000 HORAS CAMINHÃO CARGA SECA TRACADO	R\$ 20.700,00	20/05/2009 20/05/2010
07/70/2009-CP	ANA DALVA THOME LARANJEIRAS	LOCAÇÃO DE 2000 HORAS CAMINHÃO CARGA SECA TRACADO	R\$ 20.980,00	20/05/2009 20/05/2010
07/80/2009-CP	FABIANO COUTINHO DOS SANTOS	LOCAÇÃO DE 2000 HORAS CAMINHÃO CARGA SECA TRACADO	R\$ 21.340,00	20/05/2009 20/05/2010
07/90/2009-CP	OTACILIO CARISSIMI	LOCAÇÃO DE 2000 HORAS CAMINHÃO CARGA SECA TRACADO	R\$ 22.000,00	20/05/2009 20/05/2010
08/00/2009-CP	OLEOMIR SENHORINO DOS SANTOS	LOCAÇÃO DE 1000 HORAS CAMINHÃO MÚNIX TRACADO	R\$ 22.000,00	20/05/2009 20/05/2010
08/10/2009-CP	WM W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 1000 HORAS CAMINHÃO MÚNIX TRACADO	R\$ 23.780,00	20/05/2009 20/05/2010
08/20/2009-CP	NILTON CESAR VIEIRA DA SILVA	LOCAÇÃO DE 4000 HORAS CAMINHÃO PIPA	R\$ 195.000,00	20/05/2009 20/05/2010
08/30/2009-CP	SANDRA ROSANGELA NOGUEIRA DA SILVA	LOCAÇÃO DE 4000 HORAS CAMINHÃO PIPA	R\$ 195.000,00	20/05/2009 20/05/2010
08/40/2009-CP	CHARLES RODRIGUES DOS SANTOS	LOCAÇÃO DE 4000 HORAS CAMINHÃO PIPA	R\$ 195.000,00	20/05/2009 20/05/2010
08/50/2009-CP	JUNIOR ADRIANO PITOL	LOCAÇÃO DE 4000 HORAS CAMINHÃO PIPA	R\$ 195.000,00	20/05/2009 20/05/2010
08/60/2009-CP	VICENTE PEREIRA DE CARVALHO	LOCAÇÃO DE 4000 HORAS CAMINHÃO PIPA	R\$ 195.000,00	20/05/2009 20/05/2010
08/70/2009-CP	JOSÉ MENDONÇA CARDOSO	LOCAÇÃO DE 1500 HORAS CAMINHONETE MARKIG	R\$ 195.000,00	20/05/2009 20/05/2010
08/80/2009-CP	NELSON XAVIER DE OLIVEIRA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS CAMINHONETE MARKIG	R\$ 195.000,00	20/05/2009 20/05/2010

08/90/2009-CP	PAULO ALVES DA SILVA	LOCAÇÃO DE 2000 HORAS CAMINHONETE 34	R\$ 175.000,00	20/05/2009 20/05/2010
09/00/2009-CP	RICARDO PEREIRA LOPES	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS CAMINHONETE 34	R\$ 223.750,00	20/05/2009 20/05/2010
09/10/2009-CP	JURACY SALES DA CUNHA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS CAMINHONETE 34	R\$ 223.750,00	20/05/2009 20/05/2010
09/20/2009-CP	JAIR JOSE CAMILO	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS CAMINHONETE 34	R\$ 225.000,00	20/05/2009 20/05/2010
09/30/2009-CP	MARIA CONCEIÇÃO NOVAES DA SILVA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS CAMINHONETE 34	R\$ 106.240,00	20/05/2009 20/05/2010
09/40/2009-CP	ANTONIO CORREA DA SILVA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS CAMINHONETE 34	R\$ 106.740,00	20/05/2009 20/05/2010

Rondonópolis - MT, 24 de junho de 2009.

**DARCI LOPATO**  
Diretor Presidente

**ALGACYR NUNES DA SILVA JUNIOR**  
Diretor Administrativo e Financeiro

De acordo:

Darci Lopato  
Diretor Presidente

# Convocação

Estado de Mato Grosso  
**CODER - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS**  
**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2007**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2007**

A Diretoria Administrativa e Financeira da CODER - MT, no uso de suas atribuições legais, convida pelo presente instrumento, os candidatos abaixo descritos, aprovados no concurso público referente ao edital nº 001/2007, homologado pela resolução nº 015/2007, de 11 de dezembro de 2007, para ingressarem no cargo regido pelo regime da C.T.T., com carga horária de 1440 horas (quarenta e quatro) horas semanais, desta companhia, de acordo com a resolução nº 015/2007.

1) Dos aprovados e ora convocados:

Cargo: (22) VIGIA CLASSIFICAÇÃO FINAL  
RICARDO MARQUES REZENDE - INSCRIÇÃO 01272, NOTA 7,00 - COLOCAÇÃO 9º  
ALDENIR DRAGA DE OLIVEIRA - INSCRIÇÃO 01447, NOTA 7,00 - COLOCAÇÃO 6º

2) Local de apresentação:

Os convocados deverão se apresentar na CODER-Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis, localizada à Avenida Dr. Paulino de Oliveira, nº 1411, Bairro Jardim Mariaiva, nesta cidade, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda-feira a sexta-feira, no departamento de Recursos Humanos.

Para tomar posse, os convocados deverão apresentar documentação original ou fotocópia autenticada, que compreve:

- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Art. 12, art. 371 da Constituição Federal de 1988);
- RG;
- C.P.F.;
- Prova de Estado Civil;
- Atestado de Residência;
- Declaração de dependentes;
- Comprovante de dependência;
- C.T.P.S. original;
- P.I.S./P.A.S.E.P.;
- Declaração de Bens;
- Comprovante de conclusão do ensino fundamental;
- Carteira de Reservista (para os candidatos de sexo masculino);
- Comprovante de que está em dias com as obrigações eleitorais;
- Cartão de registro negativo civil e criminal expedida pelo cartório distribuidor onde reside;
- Declaração de não haver infringido as leis constantes deste edital;
- Declaração de não estar exercendo acumulação ilegal de cargos públicos;
- Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo comprovado por exames feitos pela junta médica oficial do município; e
- Uma foto 3x4 recente.

3) Prazo de apresentação:

O prazo de apresentação é de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir desse edital, findo o qual será providenciado a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a classificação. Será considerado desistente, o convocado que não se apresentar no prazo referido neste edital.

Rondonópolis-MT, 24 de junho de 2009.

**Algacyr Nunes da Silva Junior**  
Diretor Administrativo e Financeiro

# Contratos

## CODER

Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis  
CNPJ: 03.940.848/0001-99

### DEMONSTRATIVO DE CONTRATOS CODER X TERCEIROS RELATIVO AO MÊS DE MAIO DE 2009

Nº CONTRATO	CONTRATADA	OBJETO	VALOR	DATA VIGÊNCIA
015/2009	ACPI ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJAMENTO E INFORMATICA LTDA	CONSTATACÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DA CODER	R\$ 99.000,00	20/05/2009 20/05/2010
016/2009	AGRIQUILAS PEGAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA	ADQUIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS DESTINADOS À LIMPEZA PÚBLICA COMPREENDENDO: PRACAS, PARQUES E CAMINHOS CENTRAIS DESTA CIDADE.	R\$ 185.000,00	20/05/2009 20/05/2010
002/2008-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE MOTONIVELADORA	R\$ 185.000,00	20/05/2008 20/05/2010
000/2008-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE MOTONIVELADORA	R\$ 185.000,00	20/05/2008 20/05/2010
004/2008-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE MOTONIVELADORA	R\$ 185.000,00	20/05/2008 20/05/2010
005/2008-CP	LUIZ DOS REIS RODRIGUES DE OLIVEIRA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE MOTONIVELADORA	R\$ 185.000,00	20/05/2008 20/05/2010
006/2008-CP	LUIZ DOS REIS RODRIGUES DE OLIVEIRA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE MOTONIVELADORA	R\$ 185.000,00	20/05/2008 20/05/2010
007/2008-CP	MARCOS JOSÉ ALMEIDA PEREIRA SERVIÇOS	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE MOTONIVELADORA	R\$ 175.000,00	20/05/2008 20/05/2010
008/2008-CP	J P DE ARRUDA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE MOTONIVELADORA	R\$ 223.750,00	20/05/2008 20/05/2010
009/2008-CP	JUNIOR ADRIANO PIOTI	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE MOTONIVELADORA	R\$ 223.750,00	20/05/2008 20/05/2010
010/2008-CP	WAGNER FERNANDO SOUZA RAMALHO	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE MOTONIVELADORA	R\$ 225.000,00	20/05/2008 20/05/2010
011/2008-CP	WAGNER FERNANDO SOUZA RAMALHO	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE MOTONIVELADORA	R\$ 105.240,00	20/05/2008 20/05/2010
012/2008-CP	VALMIR GARCIA FERREIRA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE PA CARREGADORA	R\$ 105.740,00	20/05/2008 20/05/2010
013/2008-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE PA CARREGADORA	R\$ 186.000,00	20/05/2008 20/05/2010

014/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE PA CARREGADORA	R\$ 138.000,00	20/05/2009 20/05/2010
015/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE PA CARREGADORA	R\$ 105.000,00	20/05/2009 20/05/2010
016/2009-CP	THUM TERRAPLANAGEM E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE PA CARREGADORA	R\$ 105.000,00	20/05/2009 20/05/2010
017/2009-CP	J P DE ARRUDA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE PA CARREGADORA	R\$ 106.000,00	20/05/2009 20/05/2010
018/2009-CP	CONSTRUTORA E INCORPORADORA GUEDES LTDA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE PA CARREGADORA	R\$ 106.000,00	20/05/2009 20/05/2010
019/2009-CP	CONSTRUTORA E INCORPORADORA GUEDES LTDA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE PA CARREGADORA	R\$ 108.000,00	20/05/2009 20/05/2010
020/2009-CP	JEFFERSON NAIPE DE SOUZA JUNIOR	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS TRATOR DE ESTERNA	R\$ 108.000,00	20/05/2009 20/05/2010
021/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS TRATOR DE ESTERNA	R\$ 116.250,00	20/05/2009 20/05/2010
022/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS TRATOR DE ESTERNA	R\$ 137.250,00	20/05/2009 20/05/2010
023/2009-CP	SEBASTIÃO DE OLIVEIRA LIMA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS TRATOR DE ESTERNA	R\$ 137.250,00	20/05/2009 20/05/2010
024/2009-CP	JEFFERSON RENE TEIXEIRA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS TRATOR DE PNEU C/ GRADE HIDRAULICO TRACADO	R\$ 137.250,00	20/05/2009 20/05/2010
025/2009-CP	HAMILTON DE MACEDO	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS TRATOR DE PNEU C/ GRADE HIDRAULICO TRACADO	R\$ 25.000,00	20/05/2009 20/05/2010
026/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS TRATOR DE PNEU C/ GRADE HIDRAULICO TRACADO	R\$ 29.320,00	20/05/2009 20/05/2010
027/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS TRATOR DE PNEU C/ GRADE HIDRAULICO TRACADO	R\$ 30.800,00	20/05/2009 20/05/2010
028/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS TRATOR DE PNEU SIMPLES	R\$ 31.780,00	20/05/2009 20/05/2010
029/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS TRATOR DE PNEU SIMPLES	R\$ 32.000,00	20/05/2009 20/05/2010
030/2009-CP	EGMAR DINHO DE PAULA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS TRATOR DE PNEU SIMPLES	R\$ 32.000,00	20/05/2009 20/05/2010
031/2009-CP	EGMAR DINHO DE PAULA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS TRATOR DE PNEU SIMPLES	R\$ 32.780,00	20/05/2009 20/05/2010

032/2009-CP	EGMAR DINHO DE PAULA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS TRATOR DE PNEU SIMPLES	R\$ 91.500,00	20/05/2009 20/05/2010
033/2009-CP	ROSANGELA QUEIROZ DOS SANTOS NAIM	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS TRATOR DE PNEU SIMPLES	R\$ 91.500,00	20/05/2009 20/05/2010
034/2009-CP	HARTEIN	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS RETRO ESCAVADORA	R\$ 91.500,00	20/05/2009 20/05/2010
035/2009-CP	G DE MENDONÇA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS RETRO ESCAVADORA	R\$ 91.500,00	20/05/2009 20/05/2010
036/2009-CP	G DE MENDONÇA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS RETRO ESCAVADORA	R\$ 104.700,00	20/05/2009 20/05/2010
037/2009-CP	G DE MENDONÇA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS RETRO ESCAVADORA	R\$ 111.000,00	20/05/2009 20/05/2010
038/2009-CP	VALMIR GARCIA FERREIRA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 152.500,00	20/05/2009 20/05/2010
039/2009-CP	DEIVAL PEREIRA DA COSTA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 152.500,00	20/05/2009 20/05/2010
040/2009-CP	ADENILSON ROBERTO PAULQUES	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 152.500,00	20/05/2009 20/05/2010
041/2009-CP	MEMERSON FERREIRA ALMEIDA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 152.500,00	20/05/2009 20/05/2010
042/2009-CP	EDER FRANCO GONÇALVES	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 152.500,00	20/05/2009 20/05/2010
043/2009-CP	WELINGTON ALVES DE OLIVEIRA	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 152.500,00	20/05/2009 20/05/2010
044/2009-CP	EROLDO PEREIRA MENEZES	LOCAÇÃO DE 2500 HORAS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 152.500,00	20/05/2009 20/05/2010
045/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 152.500,00	20/05/2009 20/05/2010
046/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 152.500,00	20/05/2009 20/05/2010
047/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 152.500,00	20/05/2009 20/05/2010
048/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 152.500,00	20/05/2009 20/05/2010
049/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 152.500,00	20/05/2009 20/05/2010
049/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 152.500,00	20/05/2009 20/05/2010
049/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 152.500,00	20/05/2009 20/05/2010
050/2009-CP	CONSTRUTORA MEX LTDA	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 119.100,00	20/05/2009 20/05/2010

051/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 119.100,00	20/05/2009 20/05/2010
052/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 119.100,00	20/05/2009 20/05/2010
053/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 103.000,00	20/05/2009 20/05/2010
054/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 50.000,00	20/05/2009 20/05/2010
055/2009-CP	W M W CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 27.000,00	20/05/2009 20/05/2010
056/2009-CP	CARLOS EDUARDO BARBANTE NEUBERN	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 29.860,00	20/05/2009 20/05/2010
057/2009-CP	JOÃO JULIÃO PRIMO	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 30.000,00	20/05/2009 20/05/2010
058/2009-CP	JOÃO JULIÃO PRIMO	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 30.880,00	20/05/2009 20/05/2010
059/2009-CP	JOSE MARIA CARNEIRO	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 32.000,00	20/05/2009 20/05/2010
060/2009-CP	MARCOS JOSÉ ALMEIDA PEREIRA SERVIÇOS	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 32.320,00	20/05/2009 20/05/2010
061/2009-CP	MARCOS JOSÉ ALMEIDA PEREIRA SERVIÇOS	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 32.400,00	20/05/2009 20/05/2010
062/2009-CP	VALMIR GARCIA FERREIRA	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 33.000,00	20/05/2009 20/05/2010
063/2009-CP	ELIETE GOMES PEREIRA	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 35.500,00	20/05/2009 20/05/2010
064/2009-CP	REJANY REINER DOS SANTOS	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 36.000,00	20/05/2009 20/05/2010
065/2009-CP	RIVALDO CASTILHO DE JESUS	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 36.000,00	20/05/2009 20/05/2010
066/2009-CP	ARNALDO FRANCISCO TEIXEIRA	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 37.800,00	20/05/2009 20/05/2010
067/2009-CP	J P DE ARRUDA	LOCAÇÃO DE 3000 KILOMETROS DE CAMINHÃO BASCULANTE 3 MP	R\$ 89.000,00	20/05/2009 20/05/2010
068/2009-CP	JOÃO LECIMAR WINGERT	LOCAÇÃO DE 3000 HORAS DE CAMINHÃO CARGA SECA SIMPLES	R\$ 110.500,00	20/05/2009 20/05/2010
069/2009-CP	J A DE MOURA ME	LOCAÇÃO DE 2000 HORAS DE CAMINHÃO CARGA SECA SIMPLES	R\$ 92.000,00	20/06/2009 20/05/2010

### LEI Nº 5.794, DE 18 DE JUNHO DE 2009.

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para proceder a LOCAÇÃO DE IMÓVEL para sediar a Vara da Justiça Federal - Poder Judiciário - Seção Judiciária de Mato Grosso, de outras providências.

### O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

### FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a LOCAÇÃO DE IMÓVEL, para sediar a Vara da Justiça Federal - Poder Judiciário - Seção Judiciária de Mato Grosso, no valor mensal de até R\$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais).

Parágrafo Único - A referida locação terá vigência pelo período de 06 meses, prorrogáveis por igual período, e reger-se-á pelo disposto no Contrato de Locação firmado entre as partes que passará a fazer parte integrante desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 18 de junho de 2009; 93ª da Fundação e 55ª da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JULIÃO DE ARAÚJO

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA  
Secretário Municipal de Governo

### LEI Nº 5.795, DE 18 DE JUNHO DE 2009.

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para estabelecer nova regulamentação ao Conselho Municipal de Assistência Social e ao Fundo Municipal de Assistência Social, de outras providências.

### O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

### FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

### CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, órgão deliberativo, de caráter permanente e âmbito municipal, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência, responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência, cujos membros, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 01 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.

Art. 2º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- definir as prioridades e atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de Assistência Social no âmbito municipal;
- estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;
- apreciar e aprovar o Plano e a Política Municipal de Assistência Social e fiscalizar a execução do Plano;
- aprovar e aprovar a programação orçamentária e a execução financeira do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a aplicação dos recursos;
- acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas do município;
- apreciar e aprovar critérios de qualidade para o funcionamento das entidades e organizações de Assistência Social, públicas ou privadas, fixando normas para a inscrição das mesmas, no âmbito municipal;
- aprovar, após apreciação prévia, os critérios para celebração de contratos e convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de Assistência Social no âmbito municipal;
- elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

IX - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social;

X - convocar ordinariamente a cada 1 (um) ano, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

XI - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XII - apreciar e aprovar os critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais: pagamento dos auxílios natalidade e morte, de responsabilidade dos Municípios;

XIII - dar posse a seus membros, após constituído;

XIV - inscrever entidades e organizações de Assistência Social;

XV - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pela Secretaria responsável pela área da Assistência Social;

XVI - divulgar as deliberações, consultadas em Resoluções do Conselho Municipal, em jornal de circulação local ou em locais de fácil acesso ao público.

### CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

### SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS/MT é composto por 18 (dezoito) membros e seus respectivos suplentes, cujas indicações serão encaminhadas à Presidência deste, de acordo com a seguinte composição:

### I - Do Governo Municipal:

09 (nove) representantes governamentais e seus suplentes, indicados pelo titular de cada pasta conforme segue:

- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social;
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer;
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Coordenação e Controle Geral;
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Transportes, Trânsito e Desenvolvimento Urbano;
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração.

### II - Da Sociedade Civil:

09 (nove) representantes da sociedade civil vinculados à Assistência Social, selecionados dentre usuários ou organizações de usuários, entidades e organizações de Assistência Social e trabalhadores do setor de Assistência Social, em conformidade com o SUAS, com a seguinte distribuição:

- 03 (três) representantes de entidades e Organizações de Assistência Social, no âmbito municipal;
- 03 (três) representantes de entidades dos Trabalhadores da Área de Assistência Social, no âmbito municipal;
- 03 (três) representantes de entidades de Usuários ou de Defesa de Direitos dos Usuários de Assistência Social, no âmbito municipal;

§1º - Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

§2º - Cada membro poderá representar somente um órgão ou entidade.

§3º - Somente será admitida a participação do CMAS de entidades juridicamente constituídas, e em regular funcionamento.

§4º - Quando na sociedade civil houver uma única entidade habilitada de uma dada categoria, admitir-se-á, provisória e excepcionalmente, enquanto novas entidades surgirem, que o CMAS preencha as vagas de titular e suplente com representantes da mesma entidade.

CMAS - Os representantes da Sociedade Civil serão eleitos em fórum próprio, sob a fiscalização do Ministério Público Municipal.

Art. 4º - Os membros titulares e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

I - do representante legal das entidades, quando da sociedade civil.

II - do Prefeito ou dos titulares das Pastas respectivas dos órgãos do governo municipal.

Art. 5º - A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

I - o exercício da função do conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado sendo que as despesas para o exercício da função serão custeadas através de rubrica própria no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - CMAS/MT;

II - os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade, ou órgão que representam, apresentadas ao próprio Conselho que encaminhará os novos nomes para nomeação imediata pelo Prefeito Municipal;

III - cada membro titular do CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária;

IV - as decisões do CMAS serão consultadas em Resoluções;

V - o CMAS será presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, por um mandato de 01 (um) ano, permitida uma única recondução, por igual período.

VI - o CMAS buscará aplicar o princípio da alternância de comando, possibilitando que a presidência do Conselho se reveze entre o poder público e a sociedade civil.

## SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO

**Art. 6º** - O CMAS terá seu funcionamento regido por Regimento Interno próprio e obedecendo às seguintes normas:

**I** - Plenário como órgão de deliberação máxima;

**II** - as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente todo mês, conforme calendário anual previamente acordado, e, extraordinariamente, quando convocados pela Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros;

**III** - Secretaria Executiva diretamente subordinada à Presidência e ao Colegiado, para dar suporte ao cumprimento de suas competências;

**Art. 7º** - A Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social prestará apoio técnico e administrativo, necessário ao funcionamento do CMAS.

**Art. 8º** - Para melhor desempenho de suas funções o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

**I** - consideram-se colaboradoras do CMAS, as instituições formadoras de recursos humanos para a Assistência Social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de Assistência Social sem embargo de sua condição de membro;

**II** - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos;

**Art. 9º** - Todas as sessões do CMAS serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

**Parágrafo Único** - As resoluções do CMAS, bem como os temas tratados em reunião da mesa diretora e comissões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

## TÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

**Art. 10** - Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS/MT, destinado a propiciar apoio e suporte financeiro à implementação de programas da área social voltados à população de baixa renda.

**Art. 11** - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal compete ao FMAS/MT:

- I - definir as prioridades para aplicação dos recursos do Fundo;
- II - atuar na formulação de estratégias e controle dos recursos do Fundo;
- III - propor critérios para programação e execução dos recursos do Fundo;
- IV - acompanhar, avaliar e fiscalizar os recursos do Fundo;
- V - definir o repasse dos recursos do Fundo;
- VI - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- VII - zelar pela efetivação dos recursos do Fundo;

- VIII - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos repassados pelo Fundo;
- IX - dirimir dúvidas quanto à aplicação dos novos regulamentos relativos ao Fundo.

## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

### SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

**Art. 12** - O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS será constituído de 20 (vinte) membros, sendo 10 (dez) titulares e 10 (dez) suplentes, a saber:

- I - os conselheiros do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS serão os mesmos do CMAS;
- II - a designação dos membros do Fundo será feita por Ato do Executivo;
- III - a presidência do Fundo será exercida por representante do Poder Executivo;
- IV - o número de representantes do Poder público não poderá ser superior ao da representação da sociedade civil.

**Art. 13** - O mandato dos membros do Fundo será de 01 (um) ano, permitida a recondução uma única vez.

**Art. 14** - O mandato dos membros do Fundo será exercido gratuitamente, ficando vedada expressamente a concessão de qualquer tipo de remuneração ou benefício de natureza pecuniária.

**Art. 15** - Os membros titulares serão excluídos do Fundo e substituídos pelos respectivos suplentes, em caso de falta injustificada a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) intercaladas.

## SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO

**Art. 16** - O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS terá seu funcionamento regido por Regimento Interno próprio, obedecendo às seguintes normas:

- I - plenário como órgão de deliberação máxima;
- II - o Fundo reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente na forma que dispuser o Regimento Interno.

**Art. 17** - O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS terá a seguinte composição:

I - Plenário do CMAS, como órgão de deliberação máxima;

II - Secretaria Executiva com:

- a) 01 (uma) Secretária Executiva;
- b) 01 (um) Agente Administrativo;

c) 01 (um) Contador.

**Art. 18** - Constituirão receitas do Fundo:

- I - recursos provenientes da transferência do Fundo Nacional de Assistência Social;
- II - dotações orçamentárias próprias e recursos adicionais que a lei vier a estabelecer;
- III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não governamentais;
- IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo realizadas na forma da lei;
- V - as parcelas do produto de arrecadação de outros recursos, projetos, atividades de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços, e de outras transferências que o Fundo Estadual de Assistência Social vier a receber por força de lei e de convênios no setor;
- VI - receitas provenientes da alienação de bens móveis e imóveis do Estado, no âmbito da assistência social;
- VII - doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;
- VIII - recursos provenientes dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias no âmbito estadual;
- IX - outras receitas que vierem a ser instituídas.

§ 1º A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da administração pública municipal de assistência social será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º Quando não tiverem sido utilizados nas finalidades próprias, os recursos do Fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, de acordo com a posição das disponibilidades financeiras aprovadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social, objetivando o aumento das receitas do Fundo, cujos resultados a ele reverterão.

§ 3º Os resultados do Fundo serão destinados a projetos sociais que tenham como proponentes instituições governamentais e não governamentais do Município, desde que estejam cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social, respeitando os critérios aprovados pelo Conselho.

## TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 19** - O Fundo de que trata a presente lei terá vigência ilimitada.

**Art. 20** - As contas e relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS serão submetidas à apreciação do CMAS, anualmente, de forma analítica.

**Art. 21** - O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registradas no CMAS, será efetuado por intermédio do UMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

**Art. 22** - Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS serão

aplicados em:

- I - financiamento total ou parcial de programas e projetos de assistência social desenvolvidos pelos órgãos da administração pública municipal responsáveis pela execução da política de assistência social ou por órgãos conveniados;
- II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas, de direito público e privado, para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;
- III - financiamento de programas e projetos previstos nos planos municipais de assistência social, consolidados pelo Município e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
- IV - aquisição de material permanente e de consumo e de insumos necessários ao desenvolvimento de programas;
- V - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;
- VI - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle de ações de assistência social;
- VII - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;
- VIII - participação no custeio do pagamento de benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do Art. 13 da Lei Orgânica da Assistência Social;
- IX - custeio de despesas com o funcionamento do CMAS;
- X - custeio de despesas para o exercício das competências de seus Conselheiros, conforme previsto da NOB/SUAS.

**Art. 23** - O Ministério Público zelar pelo cumprimento do disposto nesta lei.

**Art. 24** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 25** - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis nºs 2.441, de 12 de dezembro de 1995 e 2.546 de 03 de julho de 1996.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 18 de junho de 2009; 83ª da Fundação e  
55ª da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e  
publicada no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA  
Secretário Municipal de Governo

**PORTARIA Nº 10.794 DE 22 DE JUNHO DE 2009.**

Dispõe sobre nomear a Sra. VALDELICE DE OLIVEIRA, do cargo em comissão de Gerente de Departamento de Transporte Urbano, e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

## RESOLVE:

**Art. 1º** Nomear a Sra. VALDELICE DE OLIVEIRA, do cargo em comissão de Gerente de Departamento de Transporte Urbano, vinculada à Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05/06/2009.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 22 de Junho de 2009; 83ª da Fundação e  
55ª da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e  
publicada no DIORONDON.

GERSON ARAÚJO DE OLIVEIRA  
Secretário Municipal de Administração

# Licitação



Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis

## AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2009.

O SANEAR - SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, Autarquia Municipal, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da licitação em epígrafe: **LOTE 01 - LAO INDUSTRIA LTDA** com o valor global R\$ 396.500,00.

Rondonópolis-MT, 24 de junho de 2009.

Marcos Brumatti  
Pregoeiro

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE COMPRAS

## ERRATA AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2009

Objeto: aquisição de calçados tipo tênis para compor o Uniforme Escolar dos Alunos da Rede Municipal.

Tornamos pública a seguinte correção:

**a) Não será exigida logomarca da Prefeitura nem mesmo o nome da cidade de Rondonópolis, e somente o tênis livre de qualquer descritivo.**

No mais, ficam mantidas a data da Sessão Pública e as demais condições do Edital e seus Anexos do Pregão em epígrafe.

Rondonópolis-MT, 23 de junho de 2009.

José Edilson Gonçalves  
Pregoeiro

## RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 23/2009.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, em licitação na modalidade supracitada, realizada no dia 16/06/2009 às 08:30 horas, na Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura, tendo como objeto: **Aquisição de veículos para atender as necessidades das Secretarias desta Município.** Que após a análise, realizada pela Comissão de Licitação, pelas empresas participantes, foram consideradas **Classificadas e Vencedoras** do presente certame as seguintes empresas:

Lote	Licitante Vencedor	Valor por Lote R\$
01 e 02	Foram frustrados	
03 e 04	Moto Campo Ltda	6.450,00
		6.450,00

Rondonópolis-MT, 24 de junho de 2009.

José Edilson Gonçalves  
Pregoeiro

12.301.2060.2286.286 – Contribuição ao Serv-Saúde – Ensino Infantil		
33.90.39.00.00 – 101 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R\$	10.000,00
06 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito		
26.781.2100.2098.098 – Manutenção do Aeroporto		
33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R\$	40.000,00
14 – Fundo Municipal de Saúde		
10.305.2195.2184.184 – Manutenção das Ações da Vigilância Epidemiológica e Ambiental – TVFS		
33.90.30.00.00 – 701 – Material de Consumo	R\$	20.800,00
33.90.36.00.00 – 701 – Outros Serviços de Terceiros – PF	R\$	10.000,00
33.90.39.00.00 – 701 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R\$	20.843,67
19 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente		
18.542.2375.1092.092 – Implantação de Ecopontos Depósito Provisório de Captação de Entulhos, Galhos e Objetos não desejáveis		
44.90.51.00.00 – 1 – Obras e Instalações	R\$	70.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>2.139.643,67</b>

**Art. 2º** Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da ANULAÇÃO PARCIAL das seguintes dotações e respectivas fontes de recursos:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis		
05 – Secretaria Municipal de Educação		
12.361.2050.1007.007 – Construção e Ampliação de Unidades Escolares		
44.90.51.00.00 – 101 – Obras e Instalações	R\$	257.499,85
12.361.2050.2042.042 – Manutenção do Ensino Fundamental		
31.90.04.00.00 – 101 – Contratação por Tempo Determinado	R\$	700.000,00
12.365.2060.2049.049 – Manutenção da Educação Infantil		
31.90.04.00.00 – 101 – Contratação por Tempo Determinado	R\$	500.000,00
33.90.36.00.00 – 101 – Outros Serviços de Terceiros – PF	R\$	520.500,15
06 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito		
15.453.2100.2097.097 – Conservação e Reforma de Abrigos em Paradas de Ônibus		
33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R\$	40.000,00

**DECRETO Nº 5.485 DE 18 DE JUNHO DE 2009.**  
Dispõe sobre abertura no vigente orçamento, CRÉDITO ESPECIAL, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, usando das atribuições legais, especialmente através da Lei nº 5.798 de 18/06/2009...

#### DECRETA:

**Art. 1º** Fica aberto no vigente orçamento, CRÉDITO ESPECIAL, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), para criação da natureza de despesa e respectiva fonte de recurso:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis		
17 – Secretaria Municipal de Infra-Estrutura		
04.244.2310.1465.465 – Auxílio Financeiro à Associação Divina Providência		
44.50.42.00.00 – 1 – Auxílios	R\$	150.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>150.000,00</b>

**Art. 2º** Para cobertura do CRÉDITO ESPECIAL, a que se refere o artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da ANULAÇÃO PARCIAL da seguinte dotação orçamentária e respectiva fonte de recurso:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis		
17 – Secretaria Municipal de Infra-Estrutura		
15.451.2310.1229.229 – Pavimentação asfáltica da linha de ônibus do Globo Recreio		
33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros	R\$	150.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>150.000,00</b>

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 18 de junho de 2009; 93ª da Fundação e 55ª da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
Secretário Municipal de Governo

# Portaria

**PORTARIA Nº 10.754, DE 03 DE JUNHO DE 2009.**

Dispõe sobre nomear a Sra. CAMILA ROSSATO para exercer o cargo em comissão de Gerente de Núcleo de Pagamentos, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Nomear a Sra. CAMILA ROSSATO para exercer o cargo em comissão de Gerente de Núcleo de Pagamentos, vinculada a Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/05/2009.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 03 de Junho de 2009; 93ª da Fundação e 55ª da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado no DIORONDON.

**GERSON ARAÚJO DE OLIVEIRA**  
Secretário Municipal de Administração

**LEI Nº 5.796, DE 18 DE JUNHO DE 2009.**

Autoriza o Poder Executivo a realizar, no vigente orçamento, abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR até o montante de R\$ 2.139.643,67 e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no exercício vigente até o montante de R\$ 2.139.643,67 (Dois milhões, cento e trinta e nove mil, seiscentos e quarenta e três reais e sessenta e sete centavos) para reforço das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes de recursos:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis		
05 – Secretaria Municipal de Educação		
12.361.2050.2042.042 – Manutenção do Ensino Fundamental		
33.90.36.00.00 – 101 – Outros Serviços de Terceiros – PF	R\$	30.000,00
31.90.11.00.00 – 101 – Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$	1.500.000,00
44.90.52.00.00 – 101 – Equipamentos e Material Permanente	R\$	300.000,00

12.305.2090.2062.062 – Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE		
33.90.30.00.00 – 102 – Material de Consumo	R\$	50.000,00
33.90.30.00.00 – 01 – Material de Consumo	R\$	50.000,00

12.272.2050.2252.252 – Contribuição Previdenciária IMPRO – Ensino Fundamental		
31.91.13.00.00 – 101 – Obrigações Patronais	R\$	22.000,00

12.272.2060.2253.253 – Contribuição Previdenciária IMPRO Ensino Infantil		
31.91.13.00.00 – 101 – Obrigações Patronais	R\$	10.000,00

12.301.2050.2285.285 – Contribuição ao Serv-Saúde – Ensino Fundamental		
33.90.39.00.00 – 101 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R\$	6.000,00

12.301.2060.2286.286 – Contribuição ao Serv-Saúde – Ensino Infantil		
33.90.39.00.00 – 101 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R\$	10.000,00

06 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito		
26.781.2100.2098.098 – Manutenção do Aeroporto		
33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R\$	40.000,00

14 – Fundo Municipal de Saúde		
10.305.2195.2184.184 – Manutenção das Ações da Vigilância Epidemiológica e Ambiental – TVFS		
33.90.30.00.00 – 701 – Material de Consumo	R\$	20.800,00
33.90.36.00.00 – 701 – Outros Serviços de Terceiros – PF	R\$	10.000,00
33.90.39.00.00 – 701 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R\$	20.843,67

19 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente		
18.542.2375.1092.092 – Implantação de Ecopontos Depósito Provisório de Captação de Entulhos, Galhos e Objetos não desejáveis		
44.90.51.00.00 – 1 – Obras e Instalações	R\$	70.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>2.139.643,67</b>

**Art. 2º** Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da ANULAÇÃO PARCIAL das seguintes dotações e respectivas fontes de recursos:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis		
05 – Secretaria Municipal de Educação		
12.361.2050.1007.007 – Construção e Ampliação de Unidades Escolares		
44.90.51.00.00 – 101 – Obras e Instalações	R\$	257.499,85

12.361.2050.2042.042 – Manutenção do Ensino Fundamental		
31.90.04.00.00 – 101 – Contratação por Tempo Determinado	R\$	700.000,00
12.365.2060.2049.049 – Manutenção da Educação Infantil		
31.90.04.00.00 – 101 – Contratação por Tempo Determinado	R\$	500.000,00
33.90.36.00.00 – 101 – Outros Serviços de Terceiros – PF	R\$	520.500,15

06 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito		
15.453.2100.2097.097 – Conservação e Reforma de Abrigos em Paradas de Ônibus		
33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R\$	40.000,00

15 – Secretaria Municipal de Administração		
04.122.2270.2126.126 – Manutenção da Secretaria		
33.90.36.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – PF	R\$	51.643,67

19 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente		
04.122.2375.2157.157 – Manutenção da Secretaria		
31.90.04.00.00 – 1 – Contratação por Tempo Determinado	R\$	40.000,00
33.90.30.00.00 – 1 – Material de Consumo	R\$	10.000,00
33.90.36.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – PF	R\$	10.000,00
33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R\$	10.000,00

<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>2.139.643,67</b>
--------------	------------	---------------------

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 5.781 de 04/06/2009.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 18 de junho de 2009; 93ª da Fundação e 55ª da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
Secretário Municipal de Governo

**LEI COMPLEMENTAR Nº 070, DE 15 DE JUNHO DE 2009.**

Altera a Lei Complementar nº 012, de 30 de dezembro de 2002, revoga a Lei Complementar nº 028 de 08 de julho de 2004, e cria a COBRANÇA PELOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMA – NO LICENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS E DE ATIVIDADES, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:**

**Art. 1º** Ficam alterados dispositivos e artigos à Lei Complementar nº 12, de 30 de dezembro de 2002, conforme segue.

**Art. 2º** Os artigos onde se lê as nomenclaturas Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, SEDEMA, Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente, COMDEMA, LMI, LMO, passarão a vigorar com a seguinte redação respectivamente: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, SEMMA, Conselho Municipal de Meio Ambiente, CONSEMMA, LI e LO.

**Art. 3º** O artigo 8º passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 8º O CONSEMMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente) sua composição e atribuições estão definidas pela Lei nº 5.098, de 22 de março de 2007."*

**Art. 4º** O artigo 32 em seus parágrafos e incisos, passam a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 32 A execução de planos, programas, obras, a localização, a instalação, a operação e a ampliação de atividade e o uso e exploração de recursos ambientais de qualquer espécie, de iniciativa privada ou do poder público federal, estadual ou municipal, considerados efetiva ou potencialmente poluidoras, ou capazes, de qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão municipal de meio ambiente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis."*

*§1º A Secretaria Municipal de Meio Ambiente expedirá as seguintes licenças ambientais em caráter obrigatório:*

*1 – Licença Prévia (LP): é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização, concepção, atestando a viabilidade ambiental, devendo ser*

observados os planos municipais, estaduais e federais de uso das recursos naturais e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implantação.

**II – Licença de Instalação (LI):** autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes;

**III – Licença de Operação (LO):** é concedida após cumpridas todas as exigências feitas por ocasião da expedição da LI, autorizando o início do empreendimento ou atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle ambiental, de acordo com o previsto nas Licenças Prévia (LP) e de Instalação (LI);

**IV – Licença de Operação Provisória (LOP) –** é concedida, na forma do regulamento, estabelecendo as condições de realização ou operação de empreendimentos, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou para execução de obras que não caracterizem instalações permanentes. Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário, passe a configurar situação permanente, será exigido o licenciamento ambiental correspondente.

**§ 2º** A Secretaria Municipal de Meio Ambiente estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença ou autorização ambiental, observado o cronograma apresentado pelo empreendedor e os limites máximos de:

**I –** Licença Prévia: 2 (dois) anos;

**II –** Licença de Instalação: 3 (três) anos;

**III –** Licença de Operação: 2 (dois) anos

**IV –** Licença de Operação Provisória: no máximo 1 (um) ano.

**§ 3º** Os empreendimentos e as atividades consideradas de reduzido impacto ambiental, assim definidos no regulamento, poderão ser autorizados mediante cadastro do empreendimento a ser instruído com o termo de responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável.

**§ 4º** Poderá ser concedida autorização para teste, previamente à concessão da licença de operação, em caráter excepcional e devidamente fundamentada pelo órgão licenciador, que será estabelecida em razão do período necessário para avaliar a eficiência das condições, restrições e medidas de controle ambiental impostas à

atividade ou empreendimento, não podendo, em qualquer hipótese, exceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**§ 5º** A renovação da Licença de Operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias contados da data de expiração de seu prazo de validade, que ficará automaticamente prorrogada até manifestação definitiva do setor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente responsável pelo licenciamento ambiental.

**§ 6º** O setor competente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente responsável pelo licenciamento ambiental, mediante decisão motivada poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

**I –** Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

**II –** omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiariam a expedição de licença;

**III –** superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

**§ 7º** no Licenciamento Ambiental em áreas de posse será exigida a certidão administrativa fornecida pelo órgão competente ou escritura possessória lavrada em cartório reconhecida pelos cofiarmes, juntamente com a comprovação do pedido de regularização fundiária, junto ao órgão estadual.

**§ 8º** Quando a expedição de Licença de Instalação envolver a supressão da cobertura vegetal e remoção da fauna, a autorização de desmatamento e de resgate da fauna serão concedidas pelo setor responsável pela expedição da respectiva licença.

**§ 9º** Os responsáveis pelas atividades previstas no caput do artigo anterior são obrigados a implantar sistema de tratamento de efluentes e a promover todas as medidas necessárias para prevenir ou corrigir os inconvenientes e danos decorrentes da poluição.

**Art. 5º** O artigo 33 fica revogado.

**Art. 6º** O artigo 34 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 34** A LI autoriza o início da implantação, de acordo com as especificações constante do projeto executivo aprovado, devendo conter o cronograma para implantação dos equipamentos e sistemas de controle, monitoramento, mitigação ou reparação de danos ambientais.”

**Art. 7º** O artigo 35 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 35** A LO será concedida depois de concluída a instalação, verificada a adequação da obra e o cumprimento de todas as condições previstas na LI, autorizando o início da atividade e o funcionamento dos equipamentos de controle da poluição.”

**Art. 8º** O artigo 36 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 36** A Licença de Instalação – LI e a Licença de Operação – LO serão requeridas mediante apresentação do projeto competente e do EPIA/RIMA, quando exigido.”

**Art. 9º** O artigo 38 e seu parágrafo único passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 38** A revisão da LO deverá considerar as modificações no zoneamento ambiental com o prosseguimento da atividade licenciada e a concessão de prazo para a adaptação, a realocação ou encerramento da atividade.”

**Art. 10** O artigo 39 fica revogado.

**Art. 11** O Artigo 40 passa a vigorar com a seguinte redação acrescido do Parágrafo Único e Inciso I:

**“Art. 40** A Licença Ambiental será requerida mediante apresentação do projeto competente e do EPIA/RIMA, quando solicitado, seguindo roteiros elaborados pela SEMMA.”

**Parágrafo Único.** As licenças ambientais estarão sujeitas a taxas de licença, devidas pelo exercício regular do Poder de polícia e pela verificação das condições de recuperação, proteção, preservação e conservação do meio ambiente, com vistas à instalação ou manutenção de empreendimentos ou exercício de atividades que sejam efetiva ou potencialmente geradores de impacto ambiental local, usuários de recursos ambientais, incluindo-se aquelas atividades, cujos licenciamentos, forem delegados pelo Estado ao Município, por instrumento legal ou convênio, que devam ser submetidas ao licenciamento de competência municipal.

**I.** Os valores arrecadados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, provenientes das taxas de licenciamento ambiental, de controle ambiental e de expediente, serão revertidos ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, que se reverterá em ações programáticas, projetos, atividades e equipamentos necessários à execução da Política Municipal do Meio Ambiente.

**Art. 12** O artigo 41 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 41** Na regulamentação deste Código serão estabelecidas prazos para requerimento, análise, publicações, prazo de validade das licenças emitidas e relação das atividades sujeitas ao licenciamento, conforme decreto específico.”

**Art. 13** A Prefeitura Municipal de Rondonópolis, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMA fica autorizada a cobrar pelos serviços de análise, inspeção e vistoria, para fins de licenciamento, dos estabelecimentos e atividades que utilizam recursos ambientais no âmbito de Rondonópolis, observados o parâmetro máximo de cobrança fixado em 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente convertido em UFR.

**Parágrafo único.** As taxas serão fixadas através de Decreto, ouvido-se o CONSEMA.

**Art. 14** O licenciamento para implantação de Unidades de Saúde da rede pública ou de entidades filantrópicas, são isentas do pagamento.

**Art. 15** Altera a redação do art. 145 que passa a vigorar com a seguinte redação acrescido de Parágrafo Único:

**“Art. 145** Oferecida a defesa ou impugnação, o processo será encaminhado à Gerência do Nível de Fiscalização Ambiental da SEMMA, que sobre ele se manifestará, no prazo de 30 (trinta) dias, dando ciência ao autuado.”

**Parágrafo único.** A inobservância do prazo para julgamento não torna nula a decisão da autoridade julgadora e o processo.

**Art. 16** Fica assegurado o desconto de 30% (trinta por cento) sobre as taxas de licenciamento dos empreendimentos que utilizem resíduos para reciclagem, geração de energia, reaproveitamento de água ou que disponham de certificação por órgão credenciado em qualidade ambiental, nos termos do regulamento.

**Art. 17** Fica assegurado o desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre a taxa de renovação de Licença Prévia e Licença de Instalação.

**Art. 18** Nas hipóteses em que o prazo de validade da Licença de Operação seja igual ou superior a 02 (dois) anos, o empreendedor deverá recolher, anualmente, 25% (vinte e cinco por cento) do valor, em Unidade Fiscal de Referência – UFR/RONDONÓPOLIS da referida licença, a título de pagamento pelos serviços de fiscalização e monitoramento.

**Art. 19** Fica a SEMMA autorizada a cobrar pelo ingresso, uso do espaço físico e utilização de imagens de unidade de conservação e jardins zoológicos, sendo a importância arrecadada revertida para a manutenção das respectivas áreas.

**Parágrafo único.** O valor do ingresso, uso do espaço físico e utilização de imagens de unidades de conservação e jardins zoológicos será definido em decreto.

**Art. 20** O Poder Executivo relacionará, através de Decreto, as atividades e os empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental, indicando o nível de poluição e degradação correspondente, após convênio de licenciamento ambiental assinado com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente

**Art. 21** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 22** Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 028 de 08 de junho de 2004.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 15 de junho de 2009, 93ª da Fundação e  
55ª da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e  
publicada no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA  
Secretário Municipal de Governo

Decreto

## DECRETO Nº 5.461, DE 25 DE MAIO DE 2009.

Dispõe sobre inclusão, exclusão e alteração de dados de contribuintes substitutos na relação contida no art. 1º, do Decreto nº 3254, de 05.01.01 e de outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO no uso de suas atribuições legais.

## DECRETA:

**Art. 1º** Ficam incluídas na relação de contribuintes substitutos do art. 1º, do Decreto nº 3254, de 05.01.2001, as empresas a seguir relacionadas:

<b>HIDROPOWER ENERGIA SOCIEDADE ANONIMA</b>	<b>CNPJ:</b> 05.261.707/0001-75
<b>TRANSPORTADORA CABIENSE LTDA</b>	<b>CMC:</b> 17.194-04
	<b>CNPJ:</b> 75.817.163/0007-56
	<b>CMC:</b> 20.444-05

**Art. 2º** Fica alterada a razão social do contribuinte Substituto Tributário nomeados através do Decreto nº 4.844, de 29.05.2007:

<b>PROVAR NEGÓCIOS DE VAREJO LTDA</b>	<b>CNPJ:</b> 33.098.658/0405-11
	<b>CMC:</b> 16.897-01

**Art. 3º** Ficam excluídas, da relação de contribuintes substitutos, do Decreto de nº 3.254 de 05.01.2001, do Decreto de nº 3.999 de 31.03.2005, do Decreto de nº 4.007 de 06.04.2005, do Decreto de nº 4.844 de 29.05.2007 e do Decreto de nº 4.871 de 04.01.2008 respectivamente, os contribuintes a seguir relacionados:

<b>SESI SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA</b>	<b>CNPJ:</b> 03.819.157/0001-31
	<b>CMC:</b> 16.943-04

**CAMILA GIONGO**

<b>CPF:</b> 798.625.51-53
<b>CMC:</b> 19.936-C1

**Art. 4º** Permanecem em vigor e inalterados os demais dispositivos contidos nos Decretos de números 3.140/00, 3254/01, 3372/01, 3631/03, 3753/03, 3859/04, 3878/04, 3977/05, 3989/05, 4007/05, 4031/05, 4104/05, 4217/06, 4251/06, 4409/06, 4424/06, 4473/06, 4511/07, 4521/07, 4539/07, 4581/07, 4598/07, 4644/07, 4683/07, 4744/07, 4787/07, 4871/08, 4672/08, 4873/08, 4900/08, 4987/08, 5059/08, 5233/08, 5327/08 e 5386/09.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 25 de maio de 2009, 93ª da Fundação e  
55ª da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA  
Secretário Municipal de Governo

REGINA CELI MARQUES RIBEIRO  
Secretária Municipal da Receita

## DECRETO Nº 5.484, DE 18 DE JUNHO DE 2009.

Dispõe sobre realizar, no vigente orçamento, abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 2.139.643,67 das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente através da Lei nº 5.796 de 18/06/2009...

## DECRETA:

**Art. 1º** Fica aberto CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 2.139.643,67 (Dois milhões, cento e trinta e nove mil, seiscentos e quarenta e três reais e sessenta e sete centavos) para reforço das seguintes dotações orçamentárias e respectivos fontes de recursos:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis	
05 – Secretaria Municipal de Educação	
12.361.2050.2042.042 – Manutenção do Ensino Fundamental	
33.90.36.00.00 – 101 – Outros Serviços de Terceiros – PF .....	R\$ 30.000,00
31.90.11.00.00 – 101 – Vencimentos e Vantagens Fixas .....	R\$ 1.560.000,00
44.90.52.00.00 – 101 – Equipamentos e Material Permanente .....	R\$ 300.000,00

12.305.2090.2062.062 – Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	
33.90.30.00.00 – 102 – Material de Consumo .....	R\$ 50.000,00
33.90.30.00.00 – 01 – Material de Consumo .....	R\$ 50.000,00

12.272.2050.2252.252 – Contribuição Previdenciária IMPRO – Ensino Fundamental	
31.91.13.00.00 – 101 – Obrigações Patronais .....	R\$ 22.000,00

12.272.2060.2253.253 – Contribuição Previdenciária IMPRO – Ensino Infantil	
31.91.13.00.00 – 101 – Obrigações Patronais .....	R\$ 10.000,00

12.301.2050.2285.285 – Contribuição ao Serv-Saúde – Ensino Fundamental	
33.90.39.00.00 – 101 – Outros Serviços de Terceiros – PJ .....	R\$ 6.000,00